

GUIMARÃES: CIDADE E URBANIDADE

Num tempo em que o Planeta se urbaniza a um ritmo alucinante, as cidades têm dificuldade em manter os valores da urbanidade, traduzidos nas relações sociais, no património edificado, na política - a arte de gerir a polis. Hoje, **cidade, metrópole, megalopolis**, são muitas vezes sinónimos ou, pelo menos, sinal de ingovernabilidade. As grandes aglomerações urbanas perderam a harmonia física e a tensão social libertadora, promotora da inovação e do progresso, tecnológico e sócio-económico. Sucederam-lhes os conflitos étnicos e sociais. Muitas aglomerações urbanas passaram de cidades a arenas polivalentes e polifacetadas, onde o cidadão se apaga face ao gladiador.

Por isso é importante assinalar e enaltecer os exemplos de cidades que ao longo da sua História e nos dias em que vivemos, souberam actualizar-se dentro da urbanidade, enriquecendo a "cultura das cidades". Guimarães é, sem dúvida, um desses casos.

Todavia, temos frequentemente a sensação que o País ainda não reconheceu a Guimarães a importância que esta deveria desfrutar no panorama do urbanismo português e europeu. Este "esquecimento" resultará em parte do facto de Guimarães estar "entalada" entre a primazia religiosa e simbólica da vizinha Braga e a força burguesa do Porto.

De facto, se considerarmos de forma combinada um certo número de indicadores relevantes para aferir o nível de desenvolvimento urbano - económicos, patrimoniais, culturais e paisagísticos - verificaremos a posição destacada de Guimarães.

As novas formas de urbanização - físicas, funcionais e sociais - podem provocar a fragmentação da cidade, pondo em causa o conceito de cidadania. Nalgumas situações observa-se o reforço dos localismos ou o aparecimento de identidades espaciais sobrepostas, com os habitantes a viverem em comprimentos de onda incompatíveis, em espaços diferentes.

Também neste contexto Guimarães aparece como um exemplo a reter, um caso exemplar, a merecer um estudo aprofundado. Os diferentes dinamismos territoriais têm contribuído para reforçar a centralidade - física e percebida - da cidade que de algum modo se projecta nos espaços suburbanos e periurbanos.

A passagem dos rurais a urbanos, mantendo-se na **terra** de origem, continuando com ligações activas simbólicas da ruralidade, não só reforça a identidade local como facilita a sua integração no espaço urbano mais vasto.

Os extremos tocam-se. Assim também nas paisagens rurais ou urbanas. O Minho e o Alentejo são, em Portugal, a demonstração, e pelo superlativo. De facto, nada mais diferente, mesmo num contexto europeu, que o campo minhoto, com as intensidades de verde da sua agricultura densa e variada, dos tons harmoniosos e constantes do campo alentejano; de um lado o povoamento denso e disperso de casais agarrados à terra, do outro as grandes aldeias, afastadas por quilómetros de solidão, emergindo como oásis num deserto humano. São os dois extremos, pela diferença e pela beleza da paisagem rural portuguesa e por isso aparecem frequentemente emparelhados.

O mesmo para as cidades e desde logo para os respectivos arquétipos: Évora, no Alentejo; Guimarães, no Minho. As duas faces da génese da urbanidade em Portugal. A primeira, totalmente importada, transplantada pelos romanos, consolidada pelos germânicos e muçulmanos, engrandecida pelos reis portugueses a partir do século XIII, acabando por se tornar, a par de Lisboa, numa típica cidade renascentista: residência da corte, ligação ao exterior. A sua estrutura física e paisagem reflectem com harmonia uma cidade monocêntrica em que o rei impõe a vontade aos senhores, laicos e religiosos, e a todos se submete, silenciosamente, o povo.

Guimarães nasce da terra e da sua valorização pelos homens, que na própria génese já estão separados, o que se vem a traduzir também na estrutura e paisagens urbanas. Com outra harmonia, e a originalidade de outro modelo, de um lado os senhores feudais, os guerreiros, do outro a força da Igreja que fomenta a criação de riqueza, valorização da produção

agrícola, favorecendo o comércio e as artes; articulando campo e cidade, fortalecendo o território.

São duas culturas urbanas, traduzidas e preservadas em dois casos de forte identificação com as populações. Duas cidades que atravessam o tempo, integrando contributos de forma coerente.

Guimarães, além dos pergaminhos históricos, encabeçados pelo acto simbólico da própria génese de Portugal, foi desde a Idade Média uma urbe florescente com uma economia diversificada e robusta, que alimentou não só uma burguesia que nunca se deixou adormecer ou transverter (até aos nossos dias...), como também uma nobreza terra-tenente que o aro agrário pode manter e, por último, um clero regular, riquíssimo, temente e obediente à arquiepiscopal sede Bracarense, mas afirmando sempre que possível, quando não ostentando, a sua força e autonomia. Sem esquecer o povo laborioso na urbe e nos campos envolventes, mestres e artífices de muitas e variadas artes (curtumes, cutelarias, têxteis, metalurgias, lacticínios, marroquinaria, pentes, sombreiros...) que se foram adequando aos tempos, sucessivamente.

Esta variedade e riqueza traduziu-se na paisagem urbana, onde a(s) arquitectura(s) são variadas e actualizadas, por fidalgos, eclesiásticos, burgueses e populares. Daí resultam espaços cívicos plenos de urbanidade, só possíveis quando a cidadania é plena.

Esse sentido de pertença pública está bem patente no equilíbrio da arquitectura do núcleo histórico, onde as diferenças são admitidas e integradas - nas expressões espaciais, nas cores, na dimensão social e económica. Equilíbrio que transvasa para a que é talvez a mais bela das praças-rossio do País: o Largo do Toural.

O exemplo dos empresários locais e a acção laboriosa da gente não deixaram de engrandecer e manter Guimarães bem presente nos mapas, cartográficos e mentais, dos portugueses. Por isso, pelas condições físicas e sobretudo pela abundante oferta de mão-de-obra, Guimarães atraiu capitais para novas indústrias. Por outro lado, ergueram-se também vultos da cultura

local, como Martins Sarmiento e Alberto Sampaio, que acentuaram a dimensão cultural, uma das facetas mais evidentes da cidade-berço.

Também os poderes públicos viriam, necessariamente, a conferir mais atenção a esta cidade, apoiando a reabilitação do valioso património - histórico e arquitectónico - promovendo a construção de duas pousadas, uma muito original, no antigo núcleo medieval, marcadamente urbana, outra no Mosteiro de Nossa Senhora da Costa, sobranceiro à cidade. Nos últimos anos a Câmara Municipal tem dedicado grande atenção ao núcleo histórico, através da reabilitação dos edifícios e das funções, aumentando-lhe o potencial de polarização turística.

E, finalmente, através da chegada da auto-estrada, que liga a Famalicão, Braga e Porto, Guimarães, que nunca esteve longe, passou a estar de facto muito mais perto do litoral e dos grandes centros.

Guimarães localiza-se num território já densamente povoado no período castrejo, como o atestam os numerosos vestígios dessa época e em particular a vizinha Citânia de Briteiros. Aqui se instalaram os romanos e mais tarde os povos germânicos, encontrando-se muitas provas materiais e heranças toponímicas da sua acção povoadora. Mas a história de Guimarães começa de facto com a edificação de um castelo, no século X, por ordem da condessa Mumadona, viúva e herdeira de uma família terra-tenente da região, que assim protegia as suas gentes dos ataques muçulmanos. No mesmo local veio o conde D. Henrique, senhor das terras portugalenses, a construir um paço onde provavelmente nasceu aquele que viria a ser o primeiro rei de Portugal.

Junto às fortificações senhoriais, valorizadas pela residência frequente da família condal e do seu séquito, vieram instalar-se mesteirais, mercadores e religiosos. E quando, ainda na primeira metade do século XII, D. Afonso Henriques funda a Colegiada de Guimarães, ou Colegiada da Igreja de Nossa Senhora da Oliveira, fá-lo a partir da igreja pré-existente, que se localizava abaixo do velho burgo senhorial, constituindo um núcleo de desenvolvimento urbano, em contraponto ao pólo defensivo-militar.

A Colegiada de Guimarães terá um papel importante não só na esfera religiosa, mas também no domínio cultural e no poder temporal. Dela fez parte o único Papa português, João XXI, de seu nome Pedro Julião, que ficou conhecido enquanto filósofo por Pedro Hispano.

A importância crescente de Guimarães ao longo dos primeiros séculos da nacionalidade vê-se nas frequentes estadias dos reis portugueses que contribuíram para o engrandecimento da urbe, como revela a construção de uma ampla e poderosa muralha por D. Afonso III, obra que seria concluída no reinado de seu filho, D. Dinis.

O perímetro muralhado no século XIII não estava todo edificado no seu interior, individualizavam-se três núcleos principais, o senhorial e militar, na extremidade setentrional, a mais elevada, o religioso e cívico, onde além da Colegiada e de outros institutos religiosos, se localizava a Câmara Municipal e, daqui para poente e para sul, o núcleo burguês junto às duas portas mais importantes do ponto de vista funcional; a Sul e a Sueste, desenvolviam-se dois amplos rossios, um dedicado a juntar os gados, o Toural e outro destinado ao mercado, o Campo da Feira. Viriam com o tempo a transformar-se em espaços de comando do ordenamento urbano extramuros, começando pelo estabelecimento de instituições religiosas, como as dos Franciscanos e Dominicanos, ambas do século XVI. Para além desses rossios, na direcção do rio, instalam-se as primeiras indústrias de curtumes, que irão prevalecer até ao século actual e no entorno ruas de habitação popular. Entretanto, a "urbanização" do Toural e do Campo da Feira dará origem a espaços emblemáticos da futura cidade, que constituem ainda o coração simbólico de Guimarães, para estantes e passantes.

No interior da muralha dionisiana, entre o núcleo antigo, a "Vila Velha" e o aglomerado da parte baixa, ainda ficou vasto espaço vazio, onde se edificou, logo no século XV, o que viria a ser o Paço Ducal, obra iniciada pelo Conde de Barcelos, bastardo de D. João I, cujos descendentes seriam também Duques de Bragança e Condes de Guimarães. A partir de finais do século XVI, com a transferência da corte ducal para Vila Viçosa, o Paço entra em

decadência e acaba por se arruinar. Só veio a ser recuperado na segunda metade do século XX, passando a ter funções museológicas.

Embora não tão prolongado, também a economia e o desenvolvimento urbano e patrimonial de Guimarães sofre um certo hiato com a rotação para Lisboa e para o Litoral do eixo de gravidade do País. Não obstante, o século XVI e o século XVIII ainda deixaram marcos significativos na herança patrimonial vimaranense, em edifícios religiosos e civis. Mas será o século XIX que assistirá ao renascimento de Guimarães, agora como um importante pólo de desenvolvimento industrial.

Esse desenvolvimento é já patente em meados do século, justificando a elevação da vila a cidade. Em resultado, durante o Fontismo, não só as acessibilidades são melhoradas (rodovias e ferrovia), como se instalam equipamentos, destacando-se entre estes uma das primeiras escolas profissionais do País, que foi palco da realização de uma **exposição industrial**, em 1885. É também por esta altura (1882) que é criada a Sociedade Martins Sarmiento, instalada em edifício especialmente construído para o efeito segundo projecto do arquitecto portuense Marques da Silva. Aí continuam a funcionar a Biblioteca e o Museu, que entretanto se estende para os claustros do vizinho Convento de São Domingos, integrando o Museu Alberto Sampaio.

O dinamismo económico, social e cultural de oitocentos teve também reflexos no planeamento urbano e, no bom espírito da época, Guimarães elabora o seu "Plano de Melhoramentos", em 1867, de autoria do engenheiro Manuel de Almeida Ribeiro. Iniciava-se assim um processo de planeamento urbanístico, que se reflecte na cidade. Assim, em 1923-25, o Capitão Luís de Pina elabora um "Plano de Alargamento", destinado a orientar o crescimento de Norte para Sul a partir de uma praça (Praça de Mumadona), segundo um traçado rádio-concêntrico, com a qual se articulava um prolongamento para Norte em quarteirões rectangulares - algo semelhante ao que pela altura se fazia no Porto e que em Lisboa tivera lugar a partir de 1880.

A próxima geração de planos ocorrerá após a segunda Grande Guerra, tendo assumido particular importância o "Plano de Crescimento" dos arquitectos Moreira da Silva e Arménio Losa, de 1949, que enquadrava algumas obras do Estado Novo, e o quadro fundiário para a construção de habitação para diferentes grupos sociais, dentro das políticas de habitação do regime.

Este plano não pôde prever o fenómeno de industrialização e urbanização difusa que começaria a manifestar-se com maior intensidade nos anos 60 e que teria a sua "explosão" nos anos 70.

É em resposta a esta nova realidade que é lançado, em 1982, o primeiro "Plano Geral de Urbanização", da responsabilidade do arquitecto Fernando Távora, que alargava a área de intervenção para lá do perímetro urbano *stritu senso*, chegando a abranger Pevidem.

No ano seguinte é decidida a elaboração do Plano Director Municipal, que vem responder às necessidades de um vasto território em processo de transformação económica, social e física, que configura um tipo original de urbanização, a que já nos referimos.

Assim, o fenómeno urbano de Guimarães tende a estender-se a quase todo o concelho, assumindo distintas formas, que vão da concentração acentuada no núcleo citadino, à urbanização difusa que nasce da articulação sócio-económico-urbanística entre o mundo rural e agrícola e a industrialização dispersa. Ao mesmo tempo, nesta paisagem multifacetada, acompanhando o desenvolvimento da metrópole embrionária que é Guimarães, vão emergindo nucleações urbanas, mas que contribuem para reforçar a trama que reforça a coesão do território.

Guimarães tem sabido gerir a originalidade do seu modelo territorial e de um processo de urbanização complexo e polivalente, atravessando séculos no espírito do tempo.

É talvez esta permanente actualização e vontade de vivificação que leva Guimarães a sugerir uma certa contradição no panorama urbano português. Como escreveu Santana Dionísio, no

Guia de Portugal, "Pela densidade da sua atmosfera evocativa e intensidade de actividade fabril, Guimarães é, na verdade, uma cidade singularmente autonómica". Ora este tipo de autonomia é precisamente a característica essencial das cidades: sem criação de riqueza não há património e sem produção não há riqueza. Guimarães deverá mesmo constituir o exemplo para a maior parte das cidades portuguesas, no que respeita a articulação entre economia e cultura, entre passado e presente. Sendo das cidades mais laboriosas, não deixa de ser das mais ricas do ponto de vista patrimonial e cultural.

Isto não significa que Guimarães não tenha problemas no seu ordenamento urbanístico, que tenha sabido gerir da melhor forma o crescimento nos anos recentes. Significa tão só que tem as condições de base para o fazer: uma herança, recursos humanos, capacidade de iniciativa. Atributos que precisam de ser bem cuidados.

Jorge Gaspar

9/1996